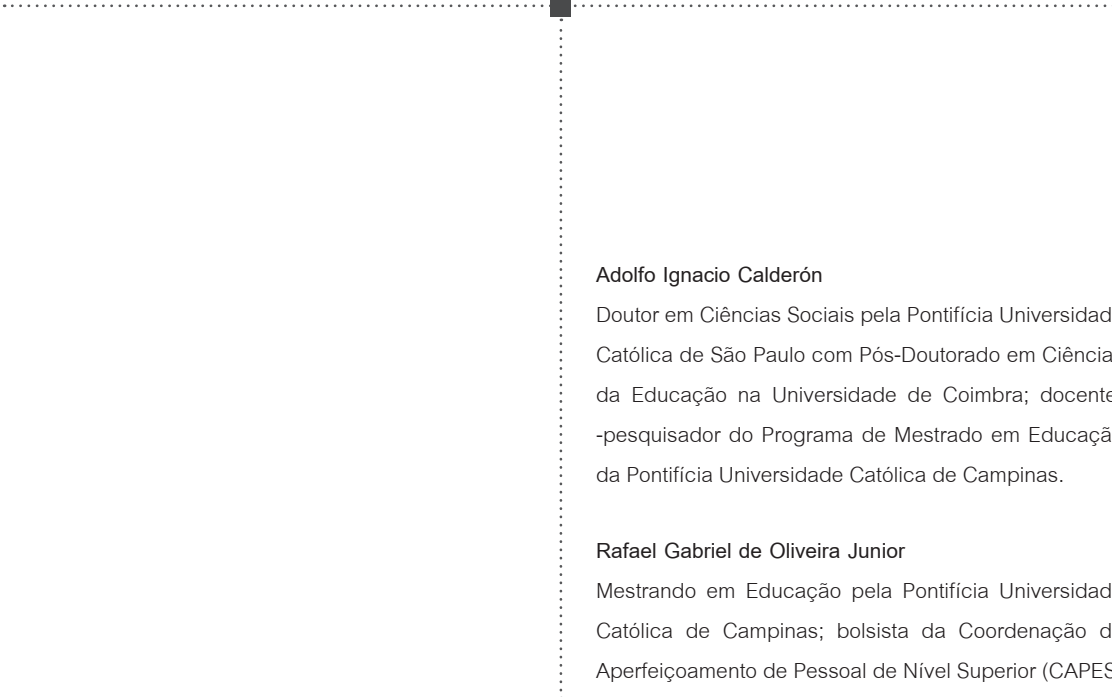


Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo¹



Adolfo Ignacio Calderón

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com Pós-Doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Coimbra; docente-pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Rafael Gabriel de Oliveira Junior

Mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

1. Este estudo foi discutido no III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, promovido, em regime de coparticipação, pelo Fórum Europeu de Administração Educacional da Espanha (FEAE-ES), pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), pelo Fórum Português de Administração Educacional (FPAE-PT) e com o apoio da Rede Internacional de Pesquisadores em Política e Gestão da Educação, realizado de 14 a 17 de novembro de 2012, em Zaragoza, Espanha. Contou com auxílio à pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo nº 2012/20718-0) e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo¹

RESUMO

Este artigo se debruça sobre a trajetória histórica do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). A partir de pesquisa bibliográfica, defende-se a existência de três momentos em seu ascendente percurso enquanto principal política avaliativa em larga escala do estado. O primeiro se refere à sua formação identitária; o segundo caracteriza-se pela instabilidade gerencial, com destaque para as trocas no comando no governo paulista e o terceiro, pela estabilidade em um contexto de hiperpragmatismo gerencial.

Palavras-chave: SARESP - Política educacional - Avaliação em larga escala - Avaliação de sistemas - Avaliação educacional.

ABSTRACT

This article is concerned with the historical trajectory of the São Paulo Student Performance Appraisal System (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP). Having a bibliographic research as basis it we defend the existence of three moments in the ascendant course as a main policy of evaluation on a large-scale in the State. The first moment is the building process of identity. The second one is characterized by the management instability out of which is possible to highlight the changes in leadership positions in the government of Sao Paulo State. The third moment is marked by the stability in the hiperpragmatic management context.

Keywords: SARESP - Educational policy Large-scale evaluation - System evaluation - Educational evaluation.

INTRODUÇÃO

Este artigo, que traz como tema o Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), na ótica da linha do tempo, apresenta um estudo sobre esse importante sistema de avaliação em larga escala, abrangendo 15 anos de sua existência, tendo como ponto de partida sua implantação em 1996. Para tanto, a partir de uma análise bibliográfica, investigamos o SARESP e seu desenvolvimento enquanto ação estatal, isto é, em termos governativos, contextualizando-o aos fatos da história recente da conjuntura política e educacional do estado de São Paulo, principalmente às questões que dizem respeito à atuação dos governadores, democraticamente eleitos para a condução do governo paulista, e dos secretários estaduais de educação, responsáveis pela pasta a qual está vinculado o SARESP.

Defende-se a existência de três grandes momentos no processo de implantação dessa política, que impactou, de forma contundente, a realidade das escolas estaduais do estado de São Paulo ao institucionalizar, no sistema educacional, princípios próprios da nova gestão pública e do chamado Estado Avaliador, tais como a meritocracia, a classificação e a responsabilização.

Formação identitária no contexto do pioneirismo das avaliações em larga escala

O primeiro grande momento do SARESP ocorreu de 1996 a 2002, se caracterizando por sua construção identitária, uma vez que esse sistema de avaliação se colocou como política educacional capaz de contribuir para uma nova cultura de avaliação do ensino de São Paulo, em busca da melhoria da qualidade educacional no contexto, em ampla ascensão, da avaliação em larga escala no Brasil da década de 1990.

Entre os elementos que contribuíram para essa construção identitária, podemos destacar algumas ações consideradas como “pré-SARESP”: o choque gerado durante sua implantação, as resistências ideológicas por parte da comunidade educacional e os desencontros em sua atuação e aprimoramentos.

As movimentações mais importantes envolvendo o percurso que antecedeu a implantação do SARESP ocorreram no início da gestão Mário Covas (1995-1998). As políticas públicas do estado de São Paulo eram plenamente alinhadas às realizadas em âmbito federal, principalmente porque o Brasil, na década de 1990, passou por uma série de mudanças na administração pública a partir da Reforma do Estado, em busca da recomposição do poder político e de mais eficiência em termos operacionais.

No ano de 1995, a secretária de educação do estado de São Paulo era Teresa Roserley Neubauer da Silva, que atuou de forma determinante

para um novo delineamento da política educacional paulista, especialmente na área da avaliação. A nova concepção que se desenhou nesse período contou com um projeto político de revisão e modificação do sistema educacional até então vigente, considerado, pelo governo Covas e pela secretária Neubauer, pouco eficiente, caótico e desorganizado. Tal projeto político foi anunciado, segundo Adriana Bauer (2006), por meio do documento “Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo”, divulgado em 22 de março de 1995. Essas diretrizes objetivaram nortear a gestão educacional para uma maior equidade, eficiência e eficácia.

Apesar das considerações negativas que tinha sobre a política educacional que antecedeu o governo Covas, Neubauer pôde aproveitar alguns resultados de trabalhos referentes à avaliação que antecederam o SARESP. Essas ações, inclusive, podem ser consideradas como precursoras dessa avaliação. Foram os casos da participação da rede pública paulista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e também do Programa das Escolas-Padrão, que, por sua vez, teve como objetivo atuar para a resolução dos problemas referentes aos processos de ensino e aprendizagem e também obter informações para a formulação de políticas educacionais. Para esse período, destacamos, com a criação do Saeb, um momento importante de pioneirismo do Brasil em relação à avaliação em larga escala.

O SARESP, aplicado pela primeira vez em 1996, avaliou alunos matriculados nas 3ª e 7ª séries do Ensino Fundamental de todas as escolas da rede estadual, além das escolas municipais e particulares que aderiram ao processo de avaliação. Por ter ocorrido no início do ano letivo, em abril, a prova avaliou os conteúdos trabalhados no ano anterior às respectivas séries nas disciplinas de Língua Portuguesa (incluindo a redação) e Matemática, para ambas as séries, e Ciências, História e Geografia apenas para as 7ª séries. Rosângela Garcia Maldonado (2008) ressalta que os resultados da primeira avaliação do SARESP “ficaram à disposição dos gestores e dos docentes, para que intervenções imediatas de correção das dificuldades constatadas fossem efetuadas no decorrer do ano letivo” (MALDONADO, 2008, p. 29).

Em 1997, a avaliação seguiu basicamente a estrutura e orientação do ano anterior, com atuação nos mesmos componentes curriculares, alterando apenas as séries avaliadas, que foram as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, com possibilidade de análise comparativa dos resultados entre os dois anos.

Em sua terceira aplicação, no ano de 1998, o SARESP avaliou os alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio. Os conteúdos, habilidades e competências abordados, bem como os alunos, eram os mesmos dos anos anteriores. A novidade foi a avaliação de alunos

do Ensino Médio. Relevante destacar que nesse mesmo ano observamos o início do sistema de Progressão Continuada, com a organização do ensino paulista em ciclos, fato que impactou na avaliação interna da escola, uma vez que esse sistema tem, entre suas propostas, o objetivo de atuar para romper com a seriação e a reprovação por rendimento. Nesse cenário, o SARESP e a Progressão Continuada passaram a ditar de forma efetiva as ações, principalmente as avaliativas, do ensino de São Paulo.

Nos três primeiros anos de atuação do SARESP, as resistências e desconfianças foram muitas, principalmente por parte dos professores. Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira (1998) ressalta a precariedade na preparação dos professores, por parte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), para entender a avaliação estadual, especialmente no que diz respeito aos procedimentos para análise e interpretação dos dados, deixando-os desconfortáveis para “vestir a camisa” desse sistema de avaliação.

Outro ponto crítico do SARESP, que originou profunda resistência e o tornou alvo de muitas críticas, foi a questão da classificação das escolas, que, para muitos professores, contribuiu para urdir um ambiente de competitividade entre as unidades. Oliveira (1998) lembra que a SEE/SP afirmou publicamente que não seriam feitas comparações entre as unidades escolares, o que, no entanto, não foi cumprido, gerando uma reação contundente: os professores sentiram-se traídos.

No ano de 1999, o SARESP, conforme Soraya Rahal (2010) não foi realizado, “pois se tratava de um projeto da gestão Covas e como a reeleição não era algo previsto, a avaliação SARESP também não o fora” (RAHAL, 2010, p. 53). Dada a importância do projeto, considerando toda a mobilização para sua implantação, em termos de governo, e até a reconfiguração que as políticas públicas ganharam com a Reforma do Estado e as ações da Nova Gestão Pública, no contexto do final da década de 1990, a não realização do SARESP em 1999 apresentou uma ruptura de gestão bastante significativa na política educacional paulista. Apesar disso, alguns autores destacam que o sistema de avaliação paulista conseguiu disponibilizar, por intermédio de seus indicadores, um *estudo longitudinal*, avaliando os mesmos alunos, em séries subsequentes, nos anos de 1996, 1997 e 1998 (RAHAL, 2010; ESPOSITO, DAVIS, NUNES, 2000).

Em 2000, o SARESP manteve, de forma geral, a estrutura dos anos anteriores, introduzindo algumas alterações. Os alunos avaliados representaram as 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, explorando os componentes curriculares de Língua Portuguesa (incluindo redação), Matemática e Ciências, além da 3ª série do Ensino Médio, considerando Língua Portuguesa (incluindo redação), Matemática e Biologia. Com a finalidade de aprofundar a análise das variáveis sobre o desempenho dos alunos, conforme Mônica Cris-

tina Chiste (2009), nesse ano, foi aplicado um questionário de gestão escolar destinado ao diretor e ao professor-coordenador, mantendo e aperfeiçoando o questionário aplicado aos alunos.

Maldonado (2008) ressalta que a SEE-SP, ainda em 2000, começou a aferir a condição que cada escola tinha para manter a frequência dos alunos às aulas. A taxa de evasão escolar ganhou grande importância e tornou-se um critério para premiar ou não as escolas. Nessa direção, foi nesse ano “que se instituiu o Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério por meio da Lei Complementar Nº 891, de 28 de dezembro” (RAHAL, 2010, p.52). A instituição do bônus por desempenho, intimamente relacionada à questão da responsabilização, tornou-se ponto de grandes embates na rede estadual pública de São Paulo, juntamente com outros pontos nevrálgicos, igualmente polêmicos: a acusação de falta de preparação dos professores com relação à análise e compreensão dos indicadores, bem como a questão da classificação das escolas, marcando e configurando, de forma determinante, o primeiro grande momento do SARESP.

Foi exatamente no ano de 2001 que ocorreu a morte do então governador Mário Covas, assumindo, em seu lugar, o vice-governador Geraldo Alckmin. Rose Neubauer se manteve como Secretária de Educação.

O SARESP de 2001 apresentou em sua estrutura mudanças significativas, que ocasionaram grande repercussão: por exemplo, o resultado da prova foi utilizado para promoção ou não dos alunos em final dos ciclos. As turmas avaliadas foram as de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, que corresponderam, respectivamente, aos ciclos I e II do Regime de Progressão Continuada, em funcionamento desde 1998. Os alunos do Ensino Médio não foram avaliados em 2001. A avaliação focou apenas um componente curricular: Língua Portuguesa (incluindo redação), com a justificativa que, segundo Maldonado (2008), ao analisar documento da SEE, a disciplina era “essencial para o aprendizado de outros conhecimentos, julgando existir uma grande correlação entre ter ou não um bom desempenho no idioma e nas outras disciplinas” (MALDONADO, 2008, p.32). Assim, a Língua Portuguesa deteve as condições para reprovar ou não o aluno.

O caráter extraordinário desse ano para a certificação de alunos (BAUER, 2006) fez com que as escolas, a partir dos resultados, fossem classificadas por cores: azul, verde, amarelo, laranja e vermelha, para simbolizar, respectivamente, escolas acima da média geral, escolas pouco acima dessa média, escolas na média geral, escolas pouco abaixo da média e escolas bem abaixo da média. Essa classificação também foi parâmetro para a definição de bônus aos professores e gestores, conforme destaca Denise da Silva Ribeiro (2008). Chiste (2009) afirma que, como consequência das classificações por

cores, ocorreram premiações para as escolas consideradas mais bem classificadas, na forma de viagens e verbas para trabalhos pedagógicos.

A atuação do SARESP em 2001 recebeu críticas severas, principalmente de professores, por favorecer uma avaliação classificatória e punitiva e fomentar um ambiente de competição entre as escolas mediante a afixação de cores na porta das unidades escolares, revelando o desempenho de alunos e professores. Aliás, essa última situação é, segundo Chiste (2009), constituinte de medidas vexatórias para as escolas, considerando a luta pela democratização, em harmonia com o momento mundial de repensar as estruturas sociais, bem como a manutenção da dignidade humana como tônica desse modo de vida.

Em nosso entendimento, essa ação em torno do SARESP de 2001, relacionada à questão da Progressão Continuada como forma de reprovar ou não alunos, contribuiu, também, de forma determinante, para os desencontros gerados em torno da ideia de “promoção automática”, situação que acompanha a administração paulista até os dias de hoje.

Dessa forma, a partir das informações retiradas dos trabalhos de autores que versam sobre o SARESP, consideramos as ações do ano de 2001 como o ápice entre os desencontros e as críticas relacionados ao primeiro grande momento.

Coincidentemente, esse foi o último ano integral de trabalho de Rose Neubauer como Secretária de Educação no governo paulista, já que a pasta foi assumida por Gabriel Benedito Isaac Chalita em abril de 2002. Conforme Rahal (2010), a partir de então, o foco do SARESP retornou à avaliação do ensino, centrando-se novamente na escola, com a monitoração da aprendizagem dos alunos em decorrência da escolarização, com vistas aos finais dos ciclos. A avaliação ocorreu por meio de prova de leitura e escrita, componente curricular entendido como basilar para a compreensão do desempenho global dos alunos e seus respectivos ciclos.

O ano de 2002 pode ser considerado como uma transição para o segundo grande momento do sistema avaliativo. Nesse ano, foi avaliado um número bem menor de alunos da rede estadual, quando comparado com outras edições. Foram 297.258 alunos das 4ª e 8ª séries do final dos ciclos I e II do Ensino Fundamental, ficando os alunos do Ensino Médio fora das avaliações. Situação bem diferente de 2003, primeiro ano do segundo grande momento, quando o SARESP ampliou sua abrangência, avaliando todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, algo em torno de 4.274.404 alunos.

INSTABILIDADE DO SISTEMA NO CONTEXTO DA ALTERNÂNCIA NO COMANDO

O segundo momento, que vai de 2003 a 2007, tem como característica fundamental a instabilidade na estrutura do SARESP, marcada, principalmente, por muitas trocas no comando da Secretaria de Educação. Passaram por esse período três secretários e três governadores. Tais trocas, que geraram alguns desencontros, também foram responsáveis pela preparação, com destaque ao ano de 2007, para o início de uma importante transformação desse sistema de avaliação, que ocorreu no terceiro momento, especialmente a partir de 2008. Apesar do caráter de instabilidade, observamos nesse período algumas ações de aprimoramento do sistema, destacando a manutenção da Progressão Continuada e a implantação de outras políticas importantes, como, por exemplo, o programa “Teia do Saber”².

2. O programa Teia do Saber, implantado em 2003, tinha os seguintes objetivos: aliar o trabalho de fundamentação teórica com as vivências efetivas dos educadores que atuam nas escolas públicas estaduais; manter os professores atualizados sobre novas metodologias de ensino, voltadas para práticas inovadoras e tornar os professores aptos a utilizar novas tecnologias a serviço do ensino, a organizar situações de aprendizagem e a enfrentar as inúmeras contradições vividas nas salas de aula. As ações envolvendo esse programa ocorreram de forma centralizada e descentralizada. A capacitação centralizada caracterizou-se pela reflexão de temas considerados relevantes e de interesse geral ou específico, por meio de teleconferências, videoconferências, fóruns, seminários e publicações, veiculadas em regiões do estado de São Paulo e escolas. As ações descentralizadas, articuladas com as centralizadas, foram desenvolvidas pelas diretorias de ensino para atender às necessidades e expectativas específicas de suas regiões, em parceria com instituições de ensino superior, especialmente contratadas para conceber e executar projetos de formação continuada para professores. Essas ações basearam-se em indicadores de desempenho disponíveis, bem como em orientações curriculares existentes. (SÃO PAULO, 2012a)

Em 2003, o governador Geraldo Alckmin, em seu segundo mandato, mostrou intenções de aprimorar as políticas educacionais anteriormente estabelecidas. Com o slogan *Governo solidário, empreendedor e educador*, Alckmin, em colaboração com o secretário de educação Gabriel Chalita, estabeleceu diretrizes visando consolidar a cultura avaliativa como forma de subsidiar as escolas e as políticas educacionais, para atuar contra a repetência e a evasão, com a manutenção do Regime de Progressão Continuada e Ciclos, e nas questões de trabalho para alunos do Ensino Médio (NOVAES, 2009). Essas medidas também reafirmaram a condição de gerenciador do governo paulista e fortaleceram a importância do monitoramento das políticas e do princípio de responsabilização, com foco no cidadão, indo ao encontro dos pressupostos da Reforma do Estado e da Nova Gestão Pública.

Chiste (2009) relata que, com a abrangência a todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, o SARESP 2003 avaliou o universo dos alunos por meio de provas de leitura e escrita, como nos anos de 2001 e 2002. Seus resultados impactaram e contribuíram para a implementação de programas direcionados à formação continuada e à atualização de educadores. Foi o caso do programa “Teia do Saber”, que abrangeu outros projetos de atuação na educação básica e procurou aproximar a escola da comunidade.

Com as mudanças na metodologia do SARESP, sob o comando de Chalita, as avaliações apresentaram patamares positivos elevados num tempo considerado curto, entre algumas edições, o que suscitou desconfiança dos educadores. Isso ficou evidente nos resultados da edição 2003 do SARESP, divulgados em 2004. Segundo Collucci (2004), Chalita omitiu dados da pesquisa para a rede, divulgando e destacando apenas aspectos positivos da avaliação. Na ocasião, Gabriel Chalita justificou que a não divulgação da pesquisa completa ocorreu para evitar o estabelecimento de *rankings* por aluno, o que, segundo o secretário, não seria edificante do ponto de vista

educacional. Os indicadores da educação básica, nesse ano, ficaram próximos de países considerados de Primeiro Mundo.

O SARESP 2004 avaliou novamente, segundo Maldonado (2008), apenas habilidades de leitura e escrita. O formato de aplicação e sua diligência não foram alterados. A avaliação de habilidades na área de Matemática retornou em 2005, além daquelas em leitura e escrita. A opção por avaliar todas as séries da educação básica se manteve nesse ano.

O SARESP 2005 ficou marcado por grande controvérsia acerca de seus resultados. Alguns autores relatam sobre o atraso na divulgação dos dados, que ocorreu em 2006, ano em que a avaliação não foi aplicada em função de uma estratégia política em período eleitoral. A versão dada pela Secretaria de Educação de São Paulo, referente aos resultados e à interrupção dos referidos anos, conforme Ribeiro (2008), foi a de que não houve tempo para avaliar os resultados de 2005 nem para estruturar o SARESP 2006.

Em março de 2006, Geraldo Alckmin afastou-se para concorrer ao cargo de presidente, sendo substituído por Cláudio Lembo até o final do mandato. Nesse mesmo ano, no mês de março, Gabriel Chalita deixou a Secretaria de Educação, posto que ocupou por, aproximadamente, quatro anos. Em seu lugar, assumiu a professora Maria Lúcia Vasconcelos, que, por sua vez, atuou por pouco mais de um ano. José Serra foi eleito no mesmo ano governador do estado de São Paulo, assumindo o governo em janeiro de 2007.

Pelo exposto, inferimos que os fatos ocorridos nos anos de 2005, 2006 e 2007 são os pontos fulcrais que representam o ápice da instabilidade em torno do SARESP nesse segundo grande momento estudado neste artigo. Como já afirmamos, em um curto período de um ano e quatro meses, março de 2006 a julho de 2007, ocuparam o comando da Secretaria de Educação nada menos que três secretários e três governadores. Outro sinal bastante relevante da existência da referida instabilidade foram as ações do governo paulista no final de 2007, quase em caráter de urgência, por meio do trabalho de Maria Helena Guimarães de Castro, protagonista de ação reconhecida nas questões de avaliação em larga escala. Maria Helena assumiu a pasta em meados de 2007, no lugar de Maria Lúcia Vasconcelos.

Nesse ano, José Serra anunciou, conforme Ribeiro (2008), o alinhamento das ações educacionais em São Paulo às orientações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal. Dessa forma, o SARESP começou a passar por importantes mudanças teóricas e metodológicas, com o objetivo de acomodar-se tecnicamente às características de um sistema de avaliação em larga escala. Houve uma adequação, visando à convergência das habilidades e competências avaliadas no SARESP às do Saeb/Prova Brasil (São Paulo, 2009). Ele também adotou os padrões do Programa Internacional

de Avaliação de Alunos (PISA), o que possibilitou a comparação do sistema de São Paulo com outros países (Urbanin, 2008).

Em 2007, o SARESP avaliou as habilidades e competências de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos das 1^a, 2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio. O pagamento de bônus foi realizado, considerando o rendimento escolar, a permanência do aluno na escola e a assiduidade dos professores.

Ainda nesse ano, conforme Bonamino e Sousa (2012), Maria Helena Guimarães Castro e o governador José Serra anunciaram um Plano de Metas, o que evidenciou e confirmou a grande importância dos resultados das avaliações em larga escala, bem como a manutenção e a evolução do SARESP na gestão de Serra. Duas dessas metas, segundo as autoras, enfatizaram o papel do sistema avaliativo paulista na orientação do planejamento e do trabalho pedagógico nas escolas.

Estabilidade do sistema no contexto do hiperpragmatismo gerencial

O terceiro grande momento do SARESP está marcado por um importante processo de estabilização, a partir da reestruturação iniciada em 2007 e consolidada em 2008, sob o comando de Maria Helena Guimarães de Castro. Essa estabilização sustenta-se em um formato gerencial caracterizado pela adoção de medidas consideradas aqui pragmáticas, em termos de eficiência das iniciativas governamentais, numa racionalidade essencialmente instrumental, com foco nos resultados dos alunos no SARESP, objetivando sua evolução. Entre as medidas, destacamos a criação do “Dia do SARESP na Escola”³ a abrangência de todas as áreas curriculares em suas avaliações, a criação de Matrizes de Referência próprias de avaliação, o lançamento do Programa de Qualidade da Escola (PQE) e a criação do IDESP, aprimorando e valorizando ainda mais a questão dos resultados, bem como as intervenções, utilizadas como forma de medir e melhorar a qualidade educacional.

Essas ações, ancoradas na crescente valorização de resultados, fortaleceram um contexto de hiperpragmatismo gerencial nas políticas educacionais paulistas, consubstanciado especialmente na gestão Serra (2007-2010), gerando um processo de estabilidade, mantido na atual gestão Alckmin.

A avaliação do SARESP, desde 2008, passou a abranger todas as áreas curriculares, alternando ano a ano a periodicidade de algumas delas. Assim, em todos os anos são avaliadas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e, de forma alternada, por ano, as outras áreas das Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Em 2008, o SARESP avaliou as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Também foram criadas matrizes próprias de avaliação, baseadas na proposta

3. Iniciado em 2008, é considerado um marco pela SEE/SP para reflexão sobre os resultados do SARESP. Segundo orientação do portal oficial São Paulo faz escola, esse dia - que ocorre uma vez por ano, podendo ser desdobrado em outras reuniões, nos Horários de Trabalho Pedagógicos Coletivos - deve ser utilizado para ponderar acerca dos dados gerais e resultados particulares de cada escola, objetivando transformá-los em propostas de intervenção em prol da melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Há orientação nesse espaço para que os resultados sejam compreendidos respeitando o contexto da escola. (SÃO PAULO, 2012b)

Curricular do Estado de São Paulo e convergentes aos conhecimentos ensinados e aprendidos para a rede, que deu origem a um material pedagógico padronizado para a rede estadual de ensino. Essas matrizes concebem um recorte representativo das estruturas de cada área de conhecimento, as quais são traduzidas em habilidades operacionais, consideradas importantes para o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem e que podem ser aferidas em prova escrita (SÃO PAULO, 2010).

Ainda em 2008, foi lançado o Programa de Qualidade da Escola (PQE), criado para aprimorar as questões da qualidade e equidade do sistema de ensino estadual paulista, observando o direito de todos os alunos aprenderem com qualidade (SÃO PAULO, 2012). Com o PQE, surgiu também o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), um indicador de avaliação de qualidade utilizado para ponderar a condição das escolas estaduais em cada ciclo escolar e colaborar para a definição de metas anuais para o aprimoramento da qualidade da educação no estado de São Paulo. O IDESP é um indicador semelhante ao IDEB, que permite estabelecer um diagnóstico de resultados sintéticos, de metas e comunicação com o enfoque pedagógico, aproveitado também para o pagamento de bônus ao professorado paulista, dependendo também da assiduidade do docente (SÃO PAULO, 2012).

A política de bônus recebeu nova regulamentação em 2008, aperfeiçoando ainda mais o mecanismo da responsabilização dos professores, por intermédio da Lei Complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008 (SÃO PAULO, 2008). O valor pago anualmente aos docentes faz parte de uma política de remuneração por resultados e cumprimento de metas e está vinculado ao desempenho e ao mérito, diferentemente dos formatos de bônus anteriores, que se baseavam mais na assiduidade do professor.

Tanto o PQE quanto a criação do IDESP são grandes balizas de refinamento em torno do SARESP e suas relações e aplicações no setor educacional reforçaram a preocupação com a questão da qualidade, equidade, fluxo e proficiência no contexto da educação paulista.

O SARESP 2009 avaliou, mediante provas de Língua Portuguesa (leitura e redação), Matemática e Ciências Humanas (Geografia e História), as 2ª, 4ª, 6ª. e 8ª séries do Ensino Fundamental e as 3ª séries do Ensino Médio.

Em 2009, foi a primeira vez que o governo do estado custeou a aplicação da prova para alunos da rede municipal de cidades que fizeram adesão ao SARESP. Cerca de 40 mil alunos que possuíam algum tipo de deficiência também foram contemplados e participaram da prova (PORTAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Em abril de 2009, Maria Helena Guimarães de Castro solicitou desligamento do comando da Secretaria de Educação e em seu lugar assumiu o ex-ministro da educação Paulo Renato de Souza.

O SARESP, em 2010, realizou sua 13ª edição, atendendo ao que propõe uma avaliação externa, ou seja, possibilitando o fornecimento de informações comparáveis acerca da escolaridade básica do estado de São Paulo, bem como monitorando as políticas voltadas para a educação, além do fornecimento de material para orientação da gestão escolar. As séries avaliadas foram 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e as 3ª séries do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Ciências da Natureza, com acompanhamento de fiscais externos à escola. Houve aplicação dos questionários aos pais e alunos antes da realização da prova. Os pais foram convidados para acompanhar a aplicação da prova, como forma de aproximação da escola e do processo avaliativo.

Em 2010, o governador José Serra deixou o governo de São Paulo para concorrer ao cargo de presidente do Brasil. Alberto Goldman assumiu como governador e atuou até o fim desse ano, quando Geraldo Alckmin venceu as eleições, com um mandato referente ao período de 2011 a 2014. Como secretário de educação, em janeiro de 2011, assumiu o então reitor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), o professor e engenheiro Herman Jacobus Cornelis Voorwald, que, em entrevista para a revista Educação, em maio de 2011, sinalizou correções dos rumos de algumas das políticas implementadas por seus antecessores, principalmente Paulo Renato de Souza e Maria Helena Guimarães de Castro, no SARESP. As políticas alvos dessas correções, segundo o secretário, foram aquelas relacionadas à bonificação por resultados e exame dos professores (BARROS, 2011).

Essa intenção foi comunicada expressamente em novembro de 2011, por meio de documento destinado a professores, diretores de escola, supervisores e dirigentes de ensino e divulgado pelas diretorias de ensino. No entanto, contrariamente à intenção de correção de rumos, os desígnios do secretário de educação foram mais na direção de aprimoramento, manutenção e confirmação das políticas já existentes do que de transformação mais radical delas (SÃO PAULO, 2011), mantendo a tendência de estabilidade já iniciada em 2008.

O SARESP 2011, seguindo o contexto de estabilidade aqui destacado, avaliou mais de 2,3 milhões de alunos da educação básica do estado de São Paulo. As provas aferiram competências e habilidades básicas de Português e Matemática dos alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual, bem como de alunos de escolas técnicas do Centro Paula Souza, municipais e particulares, por meio de adesão. Também foram aferidos conhecimentos de História e Geografia dos

alunos de 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (SÃO PAULO, 2011a)⁴.

Outra medida importante no ano de 2011, na direção da valorização de resultados em torno do SARESP e, a partir desses, o estabelecimento de premiações para além da bonificação de professores, foi a iniciativa de premiar alunos com melhores desempenhos do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual com 12 mil *notebooks*. A medida inédita visou incentivar maior participação no exame (SÃO PAULO, 2011a).

4. A nomenclatura por ano e não mais por série passou a ser utilizada em documentos oficiais do estado de São Paulo, a partir implantação do ensino fundamental de nove anos, regulamentado pela lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Considerações finais

O SARESP, desde sua implantação em 1996, é uma política de avaliação em importante processo de evolução estrutural, alicerçada em princípios e desdobramentos da Reforma do Estado, ações marcantes da política educacional brasileira e que ocorreram, principalmente, a partir da década de 1990.

No percurso do SARESP, defendemos três grandes momentos, com algumas peculiaridades. O primeiro deles (1996-2002) se define pela importante construção da identidade da avaliação a partir de seu caráter original de política avaliativa para o período, em complemento às políticas educacionais paulistas na década de 1990. Nesse sentido, gerou grande impacto, ocasionando desencontros de gestão, avanços em termos de cultura avaliativa e resistências de várias ordens por parte dos públicos envolvidos no contexto escolar. Tudo isso em um ambiente do pioneirismo e amplo desenvolvimento da avaliação em larga escala no Brasil, liderado pelo Saeb.

O segundo grande momento (2003 a 2007) se caracterizou pelas muitas trocas no comando da secretaria de educação e governo do estado. Passaram por esse período três secretários e três governadores, o que propiciou um cenário de instabilidade, com problemas de diferentes ordens, entre eles a não realização do SARESP em 2006. Nesse contexto, estabeleceu-se uma urgência de reconfiguração da avaliação, ocorrida exatamente no ano de 2007, com importantes mudanças teóricas e metodológicas, dentre elas a adequação para convergência das habilidades e competências avaliadas no SARESP às competências e habilidades do Saeb/Prova Brasil e a adoção de padrões do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o que possibilitou a comparação do sistema de São Paulo com outros países.

A partir de 2008, no contexto de hiperpragmatismo gerencial, identificado, principalmente, na gestão Serra (2007-2010) e mantido pela atual gestão de Geraldo Alckmin, o SARESP passou a contemplar todas as áreas curriculares em sua avaliação, criou Matrizes de Referência próprias, lançou o Programa de Qualidade da Escola (PQE) e o IDESP, para atuar nas ques-

tões da equidade e qualidade da educação paulista, hipervalorizando as premiações de alunos, as bonificações para escolas, as classificações e o ranqueamento.

A linha do tempo traçada a respeito do SARESP apresenta três momentos de uma história que está sendo construída, cujos rumos podem mudar de acordo com a alternância no grupo de poder que assumem o comando do Estado de São Paulo. Uma trajetória histórica que, sem dúvida alguma, foi traçada de forma unilateral na medida em que apresenta uma leitura da realidade que parte de um ângulo muito específico: a legitimação atingida pelo SARESP em termos governativos ao longo de 15 anos de existência.

Essa unilateralidade abre desafios em termos investigativos, uma vez que existem múltiplos olhares desses quinze anos de existência que devem ser estudados, seja do ponto de vista dos docentes e gestores escolares, dos sindicatos dos professores, das percepções dos intelectuais e das próprias famílias.

Este artigo, que ora finalizamos, também nos desafia na compreensão, dentro do campo dos estudos da educação comparada, da linha do tempo de outros sistemas estaduais de avaliação que surgiram à esteira do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – tais como o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SEAPE), entre outros –, possibilitando o aprofundamento da avaliação em larga escala, enquanto fértil campo de estudos no âmbito da avaliação educacional.

REFERÊNCIAS:

BAUER, A. *Uso dos Resultados do SARESP: O Papel da Avaliação nas Políticas de Formação Docente*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROS, R. Correção de Rumos. *Revista Educação*, v. 169, maio 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/correcao-de-rumo-234937-1.asp>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da / na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, p.373-388, abr/jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012005000006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 17 maio 2012.

Chiste, M. C. *SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: Repercussão do resultado positivo em duas escolas no ano de 2007*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

COLLUCCI, C. Tucanos omitem dados negativos do ensino em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15672.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2011.

ESPOSITO, Y.; DAVIS, C.; NUNES, M. Sistema de avaliação do rendimento escolar: o modelo adotado pelo estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 23-53, jan./fev./mar./abr. 2000.

MALDONADO, R. G. *SARESP e diversidade textual: perspectivas na formação do leitor*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

NOVAES, L. C. Os impactos da política educacional paulista na prática docente e na organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paulistas na perspectiva dos professores. *Jornal de Políticas Educacionais*, n.5, p. 13-26, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, D. A. F. de. *Uma avaliação política do SARESP*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

Portal Folha de são paulo. *Cerca de 2,5 milhões de alunos fazem prova do Saesp nesta terça*. Folha.com, 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u653489.shtml>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

RAHAL, S. *Políticas Públicas de Educação: o Saesp no Cotidiano Escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, D. da S. *Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Lei complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://rizomas.net/politicas-publicas-de-educacao/164-lei-do-bonus-para-professores-em-sao-paulo-texto-completo-da-lei-complementar-107808.html>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

São Paulo (Estado). Termina hoje prova do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. 30 de novembro, 2011a. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/termina-hoje-a-prova-do-sistema-de-avaliacao-de-rendimento-escolar-do-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

São Paulo (Estado). O Programa de Qualidade da Escola (PQE). *Nota Técnica*. Março, 2012. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota_tecnica_2011.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

São Paulo (Estado). O TEIA DO SABER - O Programa de formação continuada da SEE. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. **Mai**, 2012a. Disponível em: <http://cenp.edunet.sp.gov.br/TRSaber/Teia_saber/Teia_saber.asp>. Acesso em 12 de maio de 2012

São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. Dia do Saresp na Escola. Portal São Paulo faz escola. Novembro, 2012b. Disponível em: < <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009/AVALIAÇÃO/DIADOSARESPNAES-COLA/tabid/1491/Default.aspx>>. Acesso em: 16 novembro 2012.

São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. *Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico*/Secretaria da Educação. Coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2009.

São Paulo. (Estado). Secretaria da Educação. *Relatório Pedagógico Saresp: Língua Portuguesa/Secretaria da Educação*. Coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2010.

SÃO PAULO (Estado). *Comunicado: Idesp e da Bonificação por Resultados*. 2011. Diretoria de Ensino Região-Mauá. Disponível em: <http://demaua.edunet.sp.gov.br/informacoes/comunicado_idesp_bonus.htm>. Acesso em: 11 mai. 2012.

URBANIN, C. Estado de São Paulo inclui ciências no Saresp. *Portal O Estado de São Paulo*, 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,estado-de-sao-paulo-inclui-ciencias-no-saresp,194499,0.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2011.